

**A. I. Nº** - 281508.0007/18-0  
**AUTUADO** - VITÓRIA ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA.  
**AUTUANTE** - DILSON OLIVEIRA DE ARAUJO  
**ORIGEM** - IFEP – NORTE  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET: 08/04/2019

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0029-04/19

**EMENTA:** ICMS. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DA REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO. No período dos fatos geradores, o autuado já gozava do direito de usufruir do benefício questionado nos autos. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 26/06/2018, exige ICMS no valor histórico de R\$158.826,18, mais multa de 60%, imputando ao autuado a seguinte irregularidade, referente aos meses de janeiro a junho de 2017:

Infração 01 (03.02.06) – “Recolheu a menor o ICMS em razão de utilização indevida do benefício da redução da base de cálculo”. “Reduziu a base de cálculo nas operações de saídas, com mercadorias não contempladas no Decreto 7799/2000”.

Enquadramento Legal: art. 29, §8º, da Lei nº 7.014/96 C/C artigos 267 e 268, do RICMS/BA, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012. Multa Aplicada: art. 42, II, “a”, da Lei nº 7.014/96.

O contribuinte foi notificado do Auto de Infração em 11/07/18, e ingressou tempestivamente com defesa administrativa em 05/09/18, peça processual que se encontra anexada às fls. 12 a 20. A Impugnação foi formalizada através de petição subscrita por seu representante legal, o qual possui os devidos poderes, conforme Contrato Social, constante nos Autos às fls. 23/28.

A Impugnante inicia sua peça fazendo uma breve descrição dos fatos que ensejaram a autuação, como também ratifica a tempestividade da defesa apresentada.

Em seguida alega que a autoridade fiscal deixou de observar atentamente a legislação estadual, mais precisamente o Decreto nº 16.987/2016, que em seu artigo 1º altera o artigo 3º-F do Decreto nº 7.799/2000, que incluiu as bebidas alcoólicas com alíquota de 27% (vinte e sete por cento) no rol das mercadorias que podem ter sua base de cálculo reduzida em 41,176% (quarenta e um inteiros e cento e setenta e seis milésimos por cento). Transcreve o mencionado dispositivo abaixo:

*Art.1º - O art. 3º-F do Decreto nº 7.799, de 09 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*“Art. 3º-F Nas importações do exterior e nas operações de saídas internas destinadas a pessoas jurídicas, com bebidas alcoólicas das posições NCMs 2204, 2205, 2206, 2207 e 2208, exceto bebida refrescante com teor alcoólico inferior a 8% (NCM 2208.9), realizadas por contribuintes que se dediquem à atividade de comércio atacadista, a base de cálculo do ICMS será reduzida em 41,176% (quarenta e um inteiros e cento e setenta e seis milésimos por cento), observado o disposto no art. 7º.”*

Observa que o decreto foi devidamente publicado e teve sua vigência a partir do dia 01/10/2016, conforme dispõe o artigo 5º do mesmo decreto.

Alega que o autuante também deixou de observar que a empresa possui termo de acordo com o estado da Bahia com prazo indeterminado não denunciado e não suspenso, conforme processo SIPRO 171747/2016-2, desde 03/11/2016.

Assevera que a autoridade fiscal ao analisar o artigo 5º do Decreto nº 7.799/2000 deixou de observar que o artigo 3º-F não está relacionado em seu bojo limitador, ou seja, as operações que não podem ter alíquotas diversas das de 18% (dezoito por cento) e 20% (vinte por cento) são as relacionadas às operações dos artigos 1º, 3º-B e 3º-E, conforme se constata no artigo abaixo que traz a colação:

*Art. 5º A redução de base de cálculo prevista nos arts. 1º, 3º-B e 3º-E somente se aplicará às saídas internas de mercadorias, cuja alíquota incidente na operação seja de 18% (dezoito por cento) a 20% (vinte por cento).*

Conclui que resta claro que as operações com bebidas alcoólicas com alíquota de 27% (vinte e

sete por cento) ligadas ao artigo 3º-F do Decreto nº 7.799/2000, estão contempladas com benefício concedido pela legislação estadual, e que o artigo 5º citado pela autoridade fiscal, não limita tais operações.

Ao final, pede que o Auto de Infração seja julgado IMPROCEDENTE.

O autuante, em informação às fls. 36 a 40, acata todos os argumentos apresentados na peça defensiva, dizendo que na pesquisa da legislação à cerca da inclusão de bebidas alcóolicas no benefício da redução de base cálculo, prevista no Decreto nº 7799/2000, concluiu, equivocadamente, que somente a partir do dia 16/06/2017, as bebidas alcóolicas estariam amparadas por dito benefício.

Todavia, reconhece que o Decreto nº 16.987, de 24 de agosto de 2016, parcialmente transcrito às fls. 14/15 do PAF, demonstra que desde o dia 1º de outubro de 2016, as bebidas citadas já estavam contempladas com o direito à redução na base de cálculo.

Ao final, acata a improcedência do Auto de Infração.

### VOTO

Inicialmente, constato que o presente Processo Administrativo Fiscal está revestido das formalidades legais no que preceitua o RPAF/99, sendo o imposto, a multa e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, com indicação clara do nome, o endereço e a qualificação fiscal do sujeito passivo, bem como a indicação dos dispositivos da legislação infringidos.

No mérito, a infração decorreu da acusação de que o autuado teria recolhido a menor o ICMS, em razão de utilização indevida do benefício da redução da base de cálculo, relativo às operações de saídas, com mercadorias não contempladas no Decreto nº 7799/2000.

Todavia, conforme alegado pelo autuado em sua peça defensiva, o Decreto nº 16.987/2016, através do artigo 1º, alterou o artigo 3º-F do Decreto nº 7.799/2000, incluindo as bebidas alcoólicas com alíquota de 27% (vinte e sete por cento), no rol das mercadorias que podem ter sua base de cálculo reduzida em 41,176% (quarenta e um inteiros e cento e setenta e seis milésimos por cento).

O referido Decreto, já transcrito no relatório acima, passou a vigorar desde o dia 1º de outubro de 2016, ou seja, no período dos fatos geradores do Auto de Infração, as saídas das bebidas que foram objeto da autuação, já estavam contempladas com o direito à redução na base de cálculo.

Portanto, resta claro que as operações com bebidas alcoólicas com alíquota de 27% (vinte e sete por cento), mencionadas no artigo 3º-F do Decreto nº 7.799/2000, estão contempladas com benefício concedido pela legislação estadual, fato inclusive acatado pelo autuante em sua informação fiscal, que reconheceu o equívoco cometido.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281508.0007/18-0**, lavrado contra **VITÓRIA ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA**.

Esta Junta de Julgamento Fiscal, recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, I, "a" do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 18.558/18, com efeitos a partir de 18/08/18.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de março de 2019.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - JULGADORA